



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 142 NÚMERO 3094 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
SETEMBRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



## ENTREVISTA Rita Rato

Aos 37 anos, foi escolhida para dirigir o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade. À conversa com a Voz do Operário defende que o espaço deve ser uma ferramenta de preservação e construção da memória democrática, imprescindível face às tentativas de branqueamento do fascismo. **págs. 8 e 9**



LISBOA

## Uma cidade de montras vazias

Em Lisboa, são muitos os bairros que foram vítimas da turistificação da cidade, da especulação imobiliária, da proliferação de supermercados de proximidade e da pandemia. As consequências da reconfiguração

social e económica ficaram ainda mais à vista durante a crise sanitária que o mundo vive há mais de ano e meio. Para o comércio local, é mais um desafio a enfrentar. **págs. 6 e 7**



## Poder local vai a votos

O Poder Local Democrático foi uma das mais importantes conquistas da revolução de Abril. É já este mês, a 26 de setembro, que se realizam as eleições autárquicas. Os eleitores vão ter a oportunidade de escolher as listas de candidatos à câmara, assembleia municipal e assembleia de freguesia que vão participar na gestão local nos próximos quatro anos. **pág. 12**



## Lisboa, a cidade que marca passo

O PS volta a candidatar Fernando Medina. Já o PSD e o CDS-PP apostam em Carlos Moedas, figura que se destacou no governo de Passos Coelho e na ligação à troika. A CDU lança novamente João Ferreira e o BE, que esteve coligado com o PS, opta por não candidatar o vereador Manuel Grilo. A escolha recaiu em Beatriz Gomes Dias. **págs. 10 e 11**



## A VOZ DO OPERÁRIO A alegria de regressar à escola

Está a começar mais um ano letivo de reencontro e renovados desafios desta grande família, sempre em construção, que é A Voz do Operário. **pág. 3**



## Afeganistão, o outro lado da história

O abandono desastroso dos Estados Unidos mostra que as táticas imperialistas não têm rosto humano. A fórmula de ingerência política, asfixia económica e intervenção militar, que se traduz em ocupações ou agressões de diversas formas, tem como elemento comum a degradação das condições de vida dos que vivem, neste caso, no Afeganistão. **pág. 16**

## Eleições autárquicas, reforçar o Poder Local Democrático

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

No próximo dia 26 de setembro os portugueses vão ser chamados a eleger os seus representantes nas autarquias de todo o País.

O Poder Local Democrático é uma das principais conquistas do 25 de Abril e um dos traços caracterizadores do regime democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Constituinte uma das maiores transformações democráticas, deu um enorme e incomparável contributo para a modernização e o desenvolvimento local e nacional, transformando as autarquias num instrumento decisivo para a melhoria das condições de vida das populações e um motor do desenvolvimento económico, social e cultural.

É por isso natural que a direita nunca tenha encarado com bons olhos este desenvolvimento do poder local, que teve como matriz o envolvimento das populações na procura de soluções para a resolução dos seus problemas e por isso os seus governos perpetraram uma série de medidas visando a sua asfixia financeira, a perda de autonomia política e administrativa e o afastamento dos cidadãos dos centros de decisão.

Exemplo disso foi a extinção de freguesias, processo que passados estes anos se demonstra que claramente só trouxe prejuízos para as populações, que assim ficaram mais afastadas do poder de decisão e conseqüentemente da efetiva participação na vida da sua freguesia.

As autarquias locais, para além de propiciarem a participação cívica e política de milhares de cidadãos, têm igualmente um papel muito importante no apoio ao movimento associativo, com o qual estabelecem parcerias para intervenção nas mais diversas áreas, designadamente sociais, culturais e desportivas.

Com o objetivo de denegrir as autarquias, e conseqüentemente o Poder Local Democrático, a direita e a sua comunicação social prossegue uma grande campanha com o objetivo de denegrir as autarquias, acusando-as de grande despesismo e de serem polos de corrupção, generalizando algumas situações existentes, mas não esclarecendo que esses são exemplos da gestão de direita (bastar olhar para os casos conhecidos). Os números oficiais demonstram a falsidade

desta campanha, que propositadamente esconde que a percentagem do investimento levado a cabo pelas autarquias, no conjunto do investimento público nacional, é incomparavelmente superior ao seu peso no total das despesas do Estado.

Importa reforçar o Poder Local Democrático, o qual passa pela concretização da regionalização, indispensável fator de coesão e desenvolvimento do País, pela reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações, elemento essencial de proximidade e representação de interesses locais e pela plena expressão da autonomia administrativa e financeira das autarquias locais enquanto condição para o exercício das suas atribuições e competências.

A este propósito é da maior importância que a Área Metropolitana de Lisboa se constitua numa autarquia eleita diretamente, com património e finanças próprios, detendo poderes com capacidade de vincular a ação em matérias fulcrais, no âmbito do seu território, como forma de responder aos problemas e suprir as insuficiências e desequilíbrios da região, com investimento público na qualificação de serviços públicos na área da saúde, da educação, da segurança social e que responda ao problema da habitação, da mobilidade e dos transportes, bem como nas infraestruturas com especial relevância para a construção faseada do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete e da travessia do Tejo rodoferroviária no eixo Chelas – Barreiro.

As eleições autárquicas do próximo dia 26 são muito importantes para o nosso futuro, para o futuro do nosso bairro, da nossa freguesia ou da nossa cidade. Vamos escolher as políticas e as pessoas que melhor vêm ao encontro da resolução dos problemas das populações, na defesa dos serviços públicos.

São igualmente determinantes para o futuro do nosso país, devendo constituir um sinal claro de que o rumo de progresso e desenvolvimento passa pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Importa pois votar em quem tem reconhecidamente um percurso de honestidade e competência, votar em quem apresenta soluções e com o seu trabalho pretende resolver os problemas das populações, para dar mais voz à defesa do povo e dos seus direitos, para dar mais força na luta por uma vida melhor num Portugal com futuro.

## EDITORIAL

### Frutidor

As eleições autárquicas que se realizam a 26 de setembro vão ser uma oportunidade para as populações avaliarem o trabalho realizado por câmaras municipais, juntas de freguesia e assembleias municipais por todo o país. Longe da construção de um modelo democrático de participação na gestão das políticas locais, são muitos os municípios que apostam em defender os interesses de grupos económicos, da especulação imobiliária, da privatização dos serviços e financeirização das cidades. São muitos os autarcas que aprofundam políticas anti-democráticas, precisamente porque longe de servirem as populações preferem servir-se delas, mas há também milhares de eleitos que contribuem para políticas de progresso social, inclusão e justiça. Através do voto e da luta, cabe aos eleitores fazer pender a balança para o lado certo.

Os protagonistas da revolução francesa decidiram romper com a ordem antiga e criar um calendário absolutamente novo. Cada mês tinha um nome distinto. Aquele em que estamos seria “frutidor”, devido às “frutas que o sol faz dourar e amadurecer de agosto a setembro”, de acordo com os termos do relatório apresentado à Convenção em 3 de brumário do ano II de 1793.

Independentemente do nome, setembro continua a ser mês de “frutas que o sol faz dourar” e é nele que todos nos reencontramos para dar as boas vindas ao novo ano letivo. Para alunos, pais, professores, educadores e auxiliares, para toda a comunidade escolar, é um importante momento de regresso a um coletivo a que todos pertencemos. Para tantos outros, é o primeiro contacto com A Voz do Operário e o seu modelo educativo alternativo. Será também a primeira vez que muitos folheiam esta histórica publicação fundada em 1879 por trabalhadores tabaqueiros. É hoje o mais antigo jornal operário do país. Aqui damos voz àqueles que raramente a têm nas principais rádios, televisões e jornais. Procuramos abordar temáticas geralmente invisíveis e ver o outro lado dos acontecimentos.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



## ESCOLAS



Photo by Laura Rivera on Unsplash

A diversidade traz-nos riqueza educativa e capacidade de ver o mundo com todas as cores.

## Que comece o ano letivo!

**Bárbara Ramires**, Professora do 1.º ciclo do espaço educativo da Graça

Estes últimos dois últimos anos letivos foram tempos de reinvenção, de resiliência, de mudança e de conquista de novos territórios para a educação. Mais do que, apenas, uma conquista na área das tecnologias informáticas, cada um de nós conseguiu encontrar formas de trazer para o campo da educação o melhor que tinha disponível nos seus recursos emocionais e foi sem dúvida isso que nos conseguiu levar durante estes últimos dois anos letivos.

A Voz do Operário, sempre quis que no ensino-aprendizagem, andassem de mãos dadas os currículos e as pessoas que os ensinam e aprendem, sem nunca deixar de olhar para cada um como uma pessoa que o apreende de um modo próprio e único. As escolhas que cada um faz no ensino e na aprendizagem desse currículo traçam-se de um modo democrático, vivido e sentido por cada um, de forma individual, mas que só toma o rumo certo quando é partilhado, de um modo uno por todos os que fazem parte dessa gestão. Sentimos sempre que este caminho foi alcançado, mesmo quando nos diziam que estávamos no “ensino à distância”. Nós nunca estivemos longe uns dos outros, nós estivemos sempre próximos, sempre partilhámos e cooperámos em todos os momentos e com todos os agentes da comunidade educativa. Foi esta proximidade, afeto e confiança que já tínhamos uns nos outros que nos permitiu avançar com destreza por caminhos que pareciam tão áridos e ter sucesso, conseguir que ninguém ficasse sozinho na construção do seu saber.

Hoje esperamos que esse caminho, que trilhámos juntos, sirva para continuarmos mais fortes, num

trabalho de confiança, proximidade, cooperação e partilha, dentro e fora da sala de aula.

Este ano letivo, que agora começa, traz-nos desafios, como todos os outros e isso aviva a chama de ensinar e de aprender, o que só pode ser uma coisa muitíssimo boa.

Iremos continuar a ter como prioridade o uso do espaço exterior como uma extensão da sala de aula, trabalho que já iniciamos no ano letivo passado e que foi avaliado e melhorado, de modo a conseguirmos que todos os espaços d’A Voz do Operário sejam de qualidade e alinhados dentro de um espírito de trabalho cooperado e colaborativo, com uma gestão democrática e partilhado entre todos os que dela fazem parte.

Queremos que seja um ano que, apesar de ainda dentro de uma pandemia, mantendo todos os cuidados que temos tido até então, seja um ano de erguer um pouco mais a cabeça e voltar a olhar mais uns para os outros, a tomar mais conta da nossa comunidade, da nossa escola, do nosso bairro e da nossa cidade. Temos tantas saudades desses abraços aos espaços, à vida que se pode ter nesses espaços e das pessoas que os enchem de alegria. Respeitando o que são as diretrizes da Direção Geral de Saúde e do Ministério da Educação, esperamos que consigamos, gradualmente, voltar a estar em pleno na educação, dentro e fora de portas, porque para se educar uma criança é preciso, realmente, uma aldeia, cheia de gente diversa.

A diversidade traz-nos riqueza educativa e capacidade de ver o mundo com todas as cores que tem, com todas as formas com que se apresenta, e educa-nos a ser resilientes e capazes de superar as dificuldades individuais, de modo a que consigamos depois colaborar uns com os outros de forma realmente inclusiva.

Todos os anos recebemos novas pessoas na nossa comunidade e apesar de todos os anos também saírem pessoas do nosso espaço físico, nunca sentimos efetivamente que saem da nossa comunidade, porque quando se pertence a uma comunidade como a d’A Voz do Operário, é como se ficássemos com um sentimento de pertença, que nos aquece para sempre. Por isso esta comunidade está sempre a crescer.

A todos os que chegam de novo, sejam muito bem vindos e preparem-se para fazer parte de uma grande família, sempre em construção, aos que agora vão fisicamente explorar novas casas, já sabem que esta vossa casa, está sempre pronta para vos abraçar e que como coletividade que é, vos espera como sócios, para continuarmos a caminhar juntos.

Que o ano letivo 2021\_2022 seja um retomar da nossa Voz do Operário em pleno e da vida das pessoas no Mundo. Num Mundo que queremos com esperança no ser humano e nas boas escolhas que ele será capaz de fazer.

Bom ano letivo para todos nós.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

# Laços da Seara Nova e A Voz do Operário: o contributo de César Nogueira



Luís Carvalho, investigador

Verão de 1964.

César Nogueira já está com 85 anos de idade. Deve ser o último antigo dirigente socialista vivo, do tempo de Azedo Gneco (falecido em 1911).

Mas ainda é ele que vem a terreiro, na Seara Nova, para responder a uma ‘cacetada’ salazarista à história do movimento operário em Portugal.

Um jornalista do *Diário da Manhã*, o órgão oficioso da “União Nacional”, acabou de publicar um livro que destrata essa história como uma sucessão de desordens, violências e quezílias internas, instigadas por ideias e agentes estrangeiros.

Por outro lado, afirma o dito livro, que a “revolução nacional de 28 de Maio”, conduzida “pelas baionetas gloriosas de Gomes da Costa”, é que veio satisfazer as antigas reivindicações operárias, além de reatar a “tradição nacional” [Costa Junior (1964), *História breve do movimento operário português*].

## I

César Nogueira alude ao conhecimento superficial que o livro revela e refuta alguns exemplos concretos dos muitos equívocos que veicula. Acusa-o de fazer “afirmações que não são a expressão verdadeira dos factos”. Mas é uma luta desigual. O outro lado está protegido pela censura prévia à imprensa. E César Nogueira conhece-a bem: nesses meados dos anos sessenta, é por-

ventura o autor mais alvejado pelos cortes da censura na *Voz do Operário* – onde colabora desde 1908.

Outros títulos de imprensa onde colaborou foram há muito encerrados pela ditadura: como o diário sindicalista *A Batalha* (em 1927) ou a revista socialista *Pensamento*, do Porto (no final de 1940, na mesma altura que o semanário *O Diabo*).

Nos momentos em que o regime encena umas eleições falsificadas e abranda um pouco a censura, lá está César Nogueira a expressar a sua posição antifascista no diário *República*, onde também colabora há longos anos.

Desde 1947 que escreve para a *Seara Nova*, sempre com textos relativos à história do antigo movimento operário. Publicou, aliás, nesse tema, dois livros prefaciados por Luís da Câmara Reis, director da *Seara Nova*.

## II

É um trabalho valorizado por antigos militantes de outras correntes ideológicas.

Aos 75 anos de idade, o anarco-sindicalista Alexandre Vieira, considera que César Nogueira “é dos homens da vanguarda que maior divulgação têm feito, em Portugal, dos princípios socialistas”, o que aliado “a uma modéstia inultrapassável e a um desinteresse monetário proverbial”, o torna “uma das prestimosas figuras das fileiras avançadas” [Alexandre Vieira (1959), *Figuras gradas do movimento social português*, p. 115].

Já o velho comunista portuense José da Silva, com 73 anos escreve a César Nogueira: “Leio sempre as suas intervenções jornalísticas, principalmente as que faz no

diário *República* [...] tenho os dois volumes que publicou sobre a história do Partido Socialista Português, que são dois documentos de muito valor para a história do movimento associativo dos trabalhadores” [José da Silva, “Carta a César Nogueira”, manuscrito, 12/06/1967, p.1].

## III

Além destes elementos da “velha guarda”, César Nogueira tem ligações com intelectuais comunistas duma geração mais jovem como Alexandre Cabral e Victor de Sá. O primeiro considera-o como um “notável paladino dos ideais socialistas” [Alexandre Cabral, “dedicatória a César Nogueira”, manuscrito, 11/05/1961].

Já Victor de Sá prefacia nesse mesmo ano de 1964 um novo livro de César Nogueira [*Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*].

Numa alusão ao contexto ditatorial de censura e repressão, que nessa altura já se prolonga há quase 40 anos, Victor de Sá realça o “acesso directo a fontes documentais que, pelo condicionalismo de circunstâncias políticas, se têm mantido recolhidas nas catacumbas dos segredos familiares, tantas vezes sujeitas à dispersão ou destruição pura e simples, mas que César Nogueira, pelas suas relações e pelo prestígio de que goza, pôde como ninguém consultar. Assim, reproduzindo inclusivamente muitos dos mais importantes documentos de que se valeu, torna-os não só acessíveis ao público, como até os salva do aniquilamento provável”.

## IV

Victor de Sá não deixa de apontar algumas limitações: “poderá objectar-se que César Nogueira não é propriamente um historiador. Sim, pode ser que nem sempre se verifique no seu trabalho uma observância estrita da técnica metodológica. Mas, sem pretensões de historiador, César Nogueira tem as virtudes essenciais dum historiógrafo: a probidade mental que presidiu à recolha dos elementos e o respeito pelas fontes documentais”.

A *Seara Nova*, assim como *A Voz do Operário*, foi um espaço onde César Nogueira pôde divulgar esse trabalho.

Depois do 25 de abril, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio e a CGTP reeditaram um livro de César Nogueira sobre as “Origens do 1º de Maio” – respectivamente em 1976 e 1986.

## Centenário da Seara Nova

No próximo dia 15 de Outubro, cumpre-se o centenário da *Seara Nova*, uma das mais importantes revistas de pensamento crítico e antifascista em Portugal.

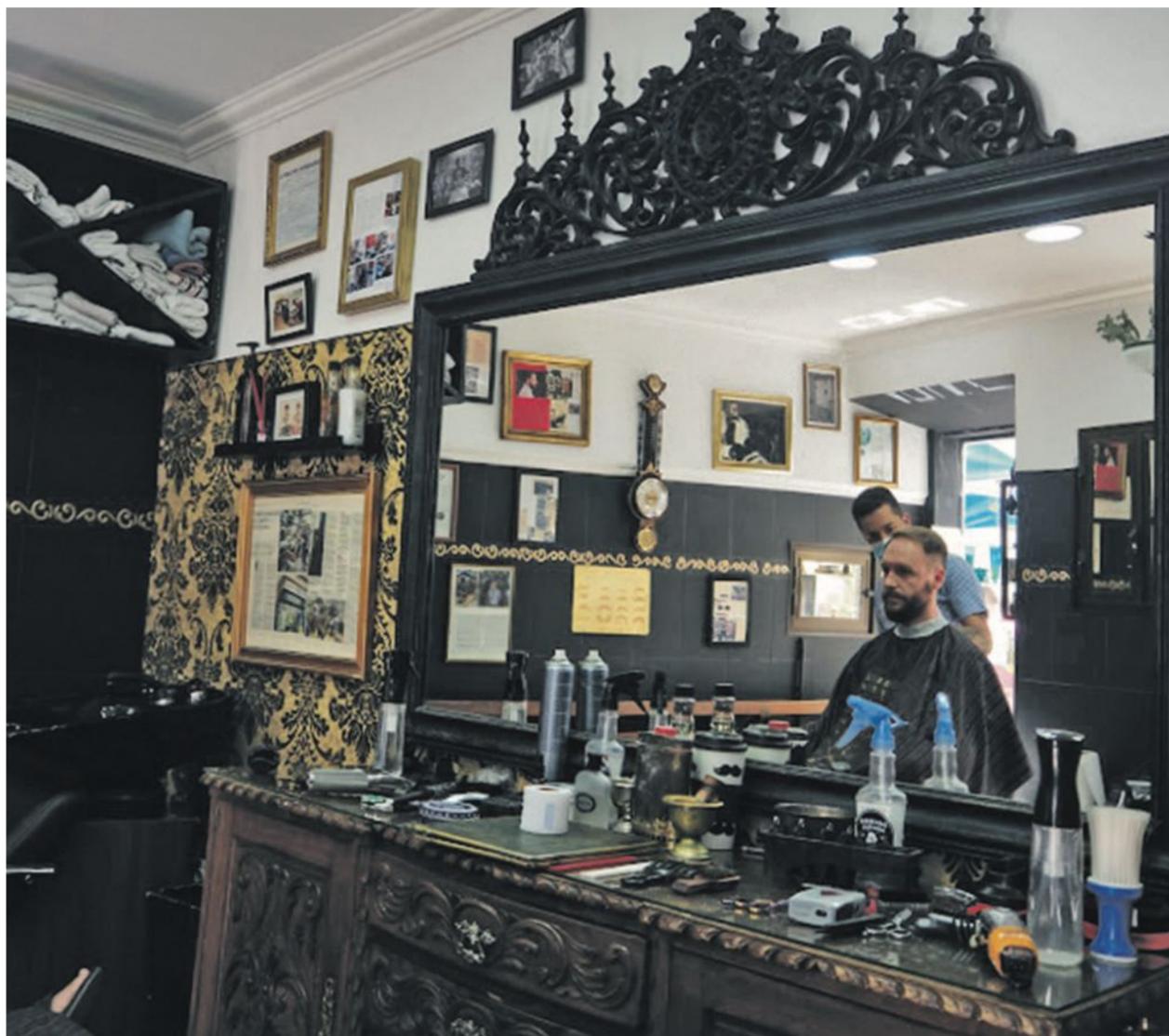
Entres os múltiplos aspectos da sua história constam os seus laços com *A Voz do Operário*, os colaboradores comuns que ambas têm partilhado ao longo do tempo. Um exemplo maior será Emílio Costa, professor anarquista que foi dirigente da *Seara Nova* e director escolar de *A Voz do Operário*. Mas há mais, desde Alexandre Vieira a Agostinho da Silva, passando por homens mais jovens como Sérgio Ribeiro e Modesto Navarro. E por mulheres, como Francine Benoit e Helena Neves.

O contributo de César Nogueira é mais um exemplo.

VOZ

# Uma barbearia ligada à história d'A Voz do Operário

É uma das mais antigas casas de corte de barba e cabelo em Lisboa. Esta barbearia está situada no número 27 da Rua dos Remédios pelo menos desde 1879. E como se sabe? Porque o primeiro número d'A Voz do Operário fazia publicidade a este espaço como ponto de venda deste jornal.



Bruno Oliveira trocou um trabalho de mais de 17 anos na função pública pela paixão das tesouras e das navalhas. Com formação no corte de cabelos e barba, decidiu, com o irmão, procurar um lugar para passar os sonhos do papel para a realidade. “Encontrámos esta loja que era do senhor João, que já tinha falecido, e o filho não queria que se perdesse o negócio”, explica à Voz do Operário. Diz que queriam fazer “reviver os velhos tempos”. Sendo do bairro, recorda-se dos tempos em que ali vinham com o pai, ainda pequenos, para cortar o cabelo. “Era brutal e era isso que queríamos reviver”, lembra. Mas o cenário não era o melhor. “Queríamos era desfazer a barba à navalha, coisa que já não existia. Nas barbearias, eram os mais velhotes [que ainda usavam essa técnica] e estavam a morrer ou estavam a fechar. A malta queria

cortar o cabelo e tinha de ir a um centro comercial”. É então que reabrem a barbearia do senhor João. “Decidimos abrir, até porque era para conjugar o trabalho estável com aquilo que realmente gostávamos de fazer, um fazia de manhã, outro fazia de tarde. Além de já cortarmos, tirámos formação na área. Tivemos um pouco de sucesso nessa altura porque era imensa gente e ficámos um pouco conhecidos também sem esperarmos. E depois, tive de largar o emprego [na função pública] porque já era incompatível. Outro dos serviços que prestavam os dois irmãos era ao domicílio. “Muitos dos velhotes, não saíam de casa e foi um trabalho fantástico que também fiz, e continuo a fazer. Agora não tenho é muito tempo. Muitas vezes, nem queriam cortar o cabelo, queriam era conversar”, descreve. Apesar de manter este servi-

ço de forma menos frequente, Bruno Oliveira trabalha também com sem-abrigo há cerca de cinco anos. “Faço esse trabalho na rua e nos centros de abrigo, em Alfama e por aí fora”. Há dez anos na Rua dos Remédios, em Alfama, a barbearia de Bruno Oliveira tenta preservar o corte à navalha, desfazer a barba com toalha quente e os produtos portugueses. “Tem sido muito gratificante”, explica, “até malta mais antiga, clientes que vêm cá há 70 ou 80 anos. Vêm cá desde miúdos, já são velhotes, é muito engraçado, as histórias que eles contam...” Mas o antigo cruza-se com o novo numa barbearia que é para todas as gerações, como descreve. “Temos de estar habituados às novas tendências”, porque, como explica, há cada vez mais gente a conhecer a barbearia, desde portugueses a turistas. “Uma vez apareceu aqui um cliente a dizer que tinha sabido da barbearia através de uma brochura num voo da TAP”. Entretanto, Bruno Oliveira abriu mais três barbearias. Todas em Lisboa. Tenho uma no Rossio, ao pé da Ginjinha, que também tem mais de cem anos. Isto já veio depois porque viram o trabalho que nós fizemos e os filhos das pessoas [proprietárias] contactaram-me e, pronto, fizemos com que elas não acabassem. Isto é um bocado história da cidade e é um bocado a nossa história, não é? Dos nossos pais, dos nossos avós que passaram por aqui”.

## Ponto de venda d'A Voz do Operário

Uma barbearia pelo menos tão antiga como antigo é o jornal A Voz do Operário, fundado a 11 de outubro de 1879, por trabalhadores da indústria do tabaco, é o que se sabe desta loja. Segundo Bruno Oliveira, foi um cliente que lhe trouxe esse dado. Sabe-se que nesse mesmo ano, em 1879, A Voz do Operário já era aqui distribuída. “Morava aqui em baixo, era já velhote, e nós tentámos pesquisar, depois entretanto fui ver do prédio e tem mais de 500 anos. Mas não há grandes registos da barbearia. Havia fotografias da Câmara Municipal em que realmente se vê uma cadeira aqui, com mais de cem anos, mas a Câmara também não tem mais elementos e agarra-se um bocadinho ao que nós temos”. Foi com a informação d'A Voz do Operário que se criou o ‘bichinho’ da história. Nós não tínhamos bem noção disso, sabíamos que [a barbearia] era antiga, estava com o senhor João há mais de 70 anos. Queríamos era cortar cabelos e pronto. Entretanto, isto apareceu e tem-se desenvolvido, entretanto a Câmara também se meteu nisto e já distinguiu a barberia como Loja com História”. O barbeiro recorda que quando pegou na loja com o irmão o espaço já estava um pouco degradado. Aponta para os objetos que todavia se mantêm desse tempo. Uma caixa registadora, um armário e as cadeiras, onde ainda se sentam os clientes à espera de um novo corte. “Não mexemos em muita coisa. Por exemplo, o chão é de origem. Estas cadeiras são de origem, estas estavam cá. Fomos fazendo obras, que a senhoria também não quer muito saber disto, nós é que temos de andar aqui a segurar porque senão já tinha caído”, descreve Bruno Oliveira. Bruno Oliveira foi ouvindo as histórias dos mais velhos sobre a barbearia e recorda que ali dentro se fumava muito. Quem ali chegava não eram só os moradores mas também operários e estivadores, o que pode explicar a ligação à Voz do Operário.

## LISBOA



A abertura de supermercados de proximidade pertencentes às grandes cadeias preocupa os pequenos comerciantes.

# Comércio local: pode estar de regresso a Lisboa de montras vazias

Em Lisboa, são muitos os bairros que foram vítimas da turistificação da cidade, da especulação imobiliária, da proliferação de supermercados de proximidade e da pandemia. As consequências da reconfiguração social e económica ficaram ainda mais à vista durante a crise sanitária que o mundo vive há mais de ano e meio. Para o comércio local, é mais um desafio a enfrentar.

## Bruno Amaral de Carvalho

Francisco Cavalheiro vive no bairro desde sempre. “Um bairro de gente pacata”, sublinha. Com uma mercearia na esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Washington, na zona de Santa Engrácia, há mais de 60 anos, recorda os tempos em que havia gente por todo o lado. “As casas estavam todas alugadas, toda a gente tinha hóspedes e esta rua estava cheia de rapaziada”, lembra à Voz do Operário. Depois, foi o êxodo para a periferia de Lisboa. O negócio perdeu assim muitos clientes, mas aponta

também o dedo às grandes superfícies comerciais e aos supermercados de proximidade. “Há aqui perto um Meu Super, o que acaba sempre por complicar as coisas. Não são os indianos, não são os outros minimercados, é mais os Pingo Doce, esses é que roubam clientes”, defende o comerciante.

Com a pandemia, ao contrário do que esperava, o negócio até começou bem. Logo no primeiro ano, com as medidas de restrição no acesso aos supermercados, houve uma corrida aos minimercados. “Foram uns meses bons”, considera. Mas foi sol de pouca dura. Agora, tem uma quebra de cerca de 30% nas

vendas. Atrás de Francisco Cavalheiro, estão várias prateleiras de diversos produtos bem arrumados. Com 76 anos, não perdeu o jeito para manter a mercearia arrumada ‘à antiga’.

Confessa que não sabe muito sobre os apoios do Estado e da autarquia aos micro e pequenos empresários. Não faz ideia se são ou não a fundo perdido. Não concorreu. “A gente cá se vai governando”, lança, como se a resistência de seis décadas garantisse por si só que tudo será como dantes.

Também se queixa da queda do turismo. Dantes, “havia muito estrangeiro”. Diz que se vendia “muita garrafa de

vinho e queijo”. Agora, nem por isso. E recorda que as mercearias são muito importantes nos bairros. “Há muitos velhotes que só se sentem bem quando estamos abertos. Cumprimos uma função. Se deixamos de ver uma pessoa vários dias, tentamos contactar a ver se está tudo bem”.

Mais abaixo, na Rua do Vale de Santo António, Manuel António Cipriano conversa com uma jovem cliente à porta do mini-mercado Pomar do Vale. São já quatro décadas à frente deste negócio. Como Francisco Cavalheiro, queixa-se também da debandada geral. Os mais velhos estão a morrer e o bairro fica vazio.

Muitas casas estão destinadas ao alojamento local. Também senti uma forte subida nas vendas durante a pandemia e até chegou a fazer entregas de produtos. “Temos uma relação muito boa com os idosos”, garante. Mas com o regresso à quase normalidade, o negócio caiu na ordem de entre 20% a 30%. A abertura de supermercados de proximidade pertencentes às grandes cadeias de retalho é algo que o preocupa. “Devia haver regulamentação. Não podem estar tão perto uns dos outros. A 400 ou 500 metros está o Meu Super e depois está o Minipreço. São lojas umas em cima das outras e isso tudo tem muita influência”, protesta.

### “Os mais velhos estão a morrer e o bairro fica vazio. Muitas casas estão destinadas ao alojamento local.”

Com 70 anos, este comerciante tem um sonho. “A ver se aparece um jovem que queira ficar com isto. Gostava que alguém mantivesse este negócio”.

### O drama de milhares de micros e pequenos empresários

De acordo com Jorge Pisco, presidente da Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CMPME), há 1,2 milhões de negócios desta dimensão em Portugal, o que representa não só a esmagadora maioria do tecido empresarial do país como integra 85,8% do total de trabalhadores a nível nacional. À Voz do Operário explica que o que mais se refletiu nos pequenos e médios empresários, sobretudo no setor dos comerciantes, foi “a falta de apoios concretos” e a “situação muito atribulada” que se verificaram nesses apoios. Denuncia que “havia sempre um conjunto de burocracias e de questões que se foram colocando, não só a nível do governo mas da autarquia de Lisboa que acabavam por ter repercussões muito grandes neste tecido”. E explica que os os micro empresários “não têm estruturas para poderem recorrer a estes apoios”. Por isso, recorreram aos contabilistas e foi através destes que avançaram. Muitos, contudo, “não tinham situações tributárias regularizadas” e não podiam ter acesso aos apoios. Recorda também que há uma verba específica para os gastos em equipamentos de proteção individual cuja tranche final ainda não chegou porque é um apoio no âmbito do Programa 20/20

com muitas regras para cumprir.

O facto é que ninguém estava preparado para o impacto de uma pandemia deste tipo. Mas as empresas desta dimensão não esperavam os “atrasos substanciais” de um governo que anunciou a regularização da situação “no fim do mês de maio”, recorda Jorge Pisco. No apoio ao pagamento das rendas, tampouco está efetuado o segundo pagamento porque a autoridade tributária “não viabilizou a questão dos contratos”. O porta-voz do desespero das micro, pequenas e médias empresas defende que tudo isto traz grandes dificuldades numa situação de pandemia em que estes negócios tiveram de abrir e fechar várias vezes e mudar horários.

“As empresas estão descapitalizadas. No caso concreto da CMPME, logo em março do ano passado, reivindicamos que um dos apoios que deveria de ter existido para as empresas era um fundo de tesouraria para que fizessem face a estas dificuldades que têm neste momento”, defende.

A grande preocupação que temos manifestado nas reuniões que temos não só com o Ministério da Economia mas também com o Ministério do Trabalho é que nesta fase da retoma vê-se alguma melhoria do ponto de vista do turismo mas é muito provável que esta situação se venha a agravar em breve e que possa levar ao encerramento de muitas empresas e ao desemprego”, explica.

### Comércio tradicional em perigo

Nas ruas, entende que começam a ver-se muitos negócios encerrados definitivamente. “Ou seja, muitas daquelas lojas que a gente conhecia, que era o comércio tradicional, isso fechou e provavelmente não vai retomar”. É provável que se volte a ver Lisboa como no tempo da

“Ou seja, muitas daquelas lojas que a gente conhecia, que era o comércio tradicional, isso fechou e provavelmente não vai retomar”

troika, “com muitas lojas fechadas”, e lembra que há muito comércio que vive de outras atividades. Dá o exemplo dos cabeleireiros. “Muitos cabeleireiros fecharam porque o próprio teletrabalho também levou a que deixasse de existir na zona central da cidade um conjunto substancial de empresas a funcionar”.

Mas é um problema que também afeta a restauração e o comércio tradicional.

Sobre as mercearias de bairro, confirma a quebra nas vendas e o regresso da maioria da população às grandes superfícies e o perigo da proliferação de mais supermercados de proximidade. “Em termos de mercado, têm melhores condições de abastecimento e preços que acabam por asfixiar o pequeno comerciante. Nós temos vindo a assistir às grandes superfícies a abrir aquelas lojas de bairro, com a mesma linha gráfica e com preços semelhantes aos que têm nos hipermercados. Isso dá cabo do comércio local. Não há comerciante que consiga combater os preços que eles praticam, isso não há volta a dar”, descreve.

Naturalmente, explica, há grandes dificuldades para negócios que não têm gabinetes jurídicos para enfrentar a burocracia do acesso aos apoios. E dá o exemplo de outro setor afetado. Os donos dos quiosques das revistas “suportam o custo do pagamento da distribuição dos jornais”. Ou seja, é mais um custo que têm. “Com os custos de luz, água e todas as restantes despesas, as

empresas estão descapitalizadas”. Em reuniões com o governo, a CMPME tentou alertar para esta realidade e o próprio executivo assumiu “que não tinha noção que o tecido empresarial português só tinha dinheiro um mês de atividade, que estas empresas vivem com a receita de um mês para pagar salários e despesas”.

Nesse sentido, defende que uma das formas de superar a burocracia seria a criação de um gabinete de apoio aos micro e pequenos empresários a nível nacional. Muitas vezes, “não sabem usar o e-mail ou aplicações informáticas. A realidade é outra, enquanto que uma média empresa tem contabilistas, tem juristas, tem essas coisas todas, os micros não têm isso e muitas vezes sequer formação”.

O presidente da CMPME recorda que este tipo de comércio local tem uma ligação ao bairro onde se insere. Toda a gente se conhece e é “uma diferença com outros tipos de superfície”. Conhecem-se “porque se vai à padaria, à peixaria ou à mercearia. Se a dona Maria ou o senhor José não aparecem, ficam preocupados”.

PUBLICIDADE

INICIATIVA DE SOLIDARIEDADE COM A VOZ DO OPERÁRIO

5ª GALA DE FADO DA VOZ DO OPERÁRIO

7 NOV. 15H

ORGANIZAÇÃO  
**A VOZ DO OPERÁRIO**  
Rua Voz do Operário 15  
1100-620 Lisboa  
886 2155  
facebook.com/galadefado

RITA RATO

# “A memória é sempre um espaço de disputa”

Aos 37 anos, foi escolhida para dirigir o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, um ano após ter deixado a Assembleia da República, onde foi deputada do PCP por 10 anos. Defende que o museu deve ser um espaço de preservação e construção da memória democrática, imprescindível face às tentativas de branqueamento do fascismo e fala da importância da mobilização social e participação das pessoas para a defesa dos direitos e da liberdade.



“Os impactos de 48 anos de ditadura ainda limitam a própria memória da resistência”.

**Bruno Amaral de Carvalho**

## Agora que acaba de cumprir um ano à frente do museu, que balanço faz da sua experiência?

Sou suspeita, mas faço um balanço francamente positivo, tendo em conta a dinâmica do museu, num contexto em que tivemos períodos encerrados ao público, por força do confinamento. Quer ao nível das minhas expectativas, face ao que tinha perspectivado sobre a importância da valorização do museu, da valorização da mensagem da resistência à ditadura e do universo da resistência e da luta pela liberdade, pelo que foi possível fazer — de certa forma, reinventarmos-nos — quer ao nível da programação, da relação e do trabalho com

as escolas, da própria dinâmica da equipa do museu e do que tivemos de criar em termos de trabalho, o balanço é francamente positivo. E é-o também face ao número de visitantes, à atividade regular do museu e à programação realizada. Foi possível chegar a novos públicos que nunca tinham visitado o museu, quer através da ligação com escolas e associações da cidade e da área metropolitana, quer através de visita livre e outras parcerias que desenvolvemos, com o Teatro Nacional D. Maria II, Atelier-Museu Júlio Pomar, Teatro São Luiz e Doclisboa. Temos sentido muita disponibilidade [dos visitantes] para conhecerem e regressarem para outras atividades do museu, por exemplo, a partir das exposições temporárias.

## Da programação e das exposições que foram realizando e do contacto com as histórias

## de resistência, houve alguma coisa que a tivesse surpreendido?

Ao longo deste ano, confirmei uma perceção que tinha, de que o que para nós é adquirido como um conhecimento consensual e generalizado sobre a luta do combate à ditadura, não é assim, nem de perto, nem de longe, para toda a gente. E é uma perspectiva transgeracional, não é só da geração mais jovem dos mais velhos. A equipa e os mediadores que fazem as visitas orientadas ao museu partilham que, muitas vezes, quando estão a falar com pessoas mais velhas, estas desabafam que nunca tinham ouvido falar de determinado acontecimento. É preciso percebermos que, infelizmente, os impactos muito profundos de 48 anos de ditadura ainda limitam muito a própria memória da resistência e da luta pela liberdade. E claro que isso pode ser mais evidente em gerações que

não viveram esse período, mas também em gerações que o viveram. Daí a importância da partilha de informações, experiências, testemunhos orais, que são a grande parte do espólio do museu.

Considero importante valorizarmos experiências de partilha e resistência mais organizadas do ponto de vista político, mas também experiências mais comuns, de muitos milhares de “anônimos” que participaram na luta contra a ditadura, muitas vezes sem ter a percepção de que muitos outros o faziam também, de forma mais organizada ou dirigida.

Para mim é muito evidente, ao fim de um ano de mandato, que a missão deste museu faz todo o sentido. É cada vez mais necessária e oportuna, pela preservação da memória, pela construção da memória democrática, mas também face às tentativas de branqueamento do fascismo que vivemos nos dias de hoje e, portanto, pela importância de denunciar efetivamente o que significou a ditadura no nosso país.

### Porquê esta exposição, inédita, dedicada às Três Marias?

Queria muito trabalhar este tema. As questões das mulheres e das resistências tinha sido uma das linhas do meu projeto [de candidatura]. Quando comecei a pensar no ponto de partida à abordagem sobre as mulheres e a investigar, apercebi-me que em 2021 se cumpriam 50 anos do início da escrita das Novas Cartas. Comecei a conversar com algumas pessoas, algumas mulheres, não apenas da minha idade mas até mais velhas, e percebi que não há um grande conhecimento sobre a história das Novas Cartas Portuguesas e das Três Marias, daí a importância de a contar. As Três Marias surgem num contexto, mas antes destas Três existiram outras Marias, e depois existiram outras. De certa forma, trata-se de perceber que falar desta forma de resistência, através da literatura que elas desenvolveram, aconteceu enquanto muitas outras mulheres estavam a lutar por muitos outros direitos. E cruzar as histórias dessa forma tem esse interesse, de perceber que as lutas não eram isoladas, mesmo que tenham origens diferentes, percursos diferentes, mesmo que nalgum momento não sejam conhecidas por umas e por outras, mas são histórias que, de facto, quanto ao objetivo da luta pela liberdade, pela queda do regime e pelos direitos democráticos, pelos direitos das mulheres, tinham esse objetivo comum.

### E o que é que dizem aqueles que foram aqui presos e torturados? O que é que sentem num museu que tenta resgatar a sua própria história e, simultaneamente, manter viva a memória de um período que tantas vezes se tenta apagar?

Da minha experiência, acho que existe uma grande humildade por parte de quem resistiu à ditadura e lutou pela liberdade. Se nós hoje estamos aqui neste museu, que foi uma prisão, a falar sobre estas questões, se existiu o 25 de Abril, devemo-lo a milhares de mulheres e homens que lutaram por isso de forma muito dedicada. Mas, regra geral, diria que quem o fez o assume de forma muito humilde, às vezes até como se fosse uma inevitabilidade ter lutado contra o fascismo. E não é assim, porque nem todos lutaram. O mínimo que podemos fazer é agradecer-lhes, homenageá-los e continuar a preservar a sua memória. É um compromisso, um dever deste museu. Acho que são experiências muito dolorosas, muito duras, sejam de familiares, filhos, sejam dos próprios re-

sistentes. São experiências de muito sofrimento e muitas vezes são relativizadas porque são entendidas como “tinha de ser assim, não tínhamos alternativa”. Cabe a este museu dizer “claro que sim e somos gratos por isso” e, ao mesmo tempo, explicar que cada pessoa que resistiu tem uma experiência única de resistência, a forma como lidou com a tortura, com os contextos familiares, como tinha mais ou menos apoio. Cada história, por si, tem um valor próprio muito grande, seja o percurso de alguém mais organizado do ponto de vista político, ou alguém mais “anónimo”.

### As crianças d'A Voz do Operário fazem parte deste circuito de visitas coletivas. Que papel pode ter um museu como o Aljube na formação da consciência dos mais jovens?

Todos os espaços de cultura devem ter uma ligação privilegiada com as escolas porque é através das escolas que chega o que chamo de público adotivo, que, muitas vezes, se não for através da escola, não tem acesso a espaços públicos de cultura e essa relação pode ser fundamental como política de formação de público: alguém que vem com a escola e gosta pode voltar, mais tarde, com os pais, amigos, familiares.

A ligação dos museus, e deste museu em particular, com a missão de educação para os direitos humanos, com a missão de valorização da história da resistência à ditadura, tem esse valor acrescido. Claro que com linguagens diferentes, em função de cada ciclo de ensino e do projeto pedagógico de cada escola. Mas o que é muito evidente é que a temática da liberdade, da luta pela liberdade, pode ser abordada desde o pré-escolar até ao ensino superior. Quando reabrimos, em abril, tivemos as crianças d'A Voz do Operário e foi muito interessante perceber, como disseram alguns mediadores da visita, que alguns alunos do primeiro ciclo tinham mais informação e referências sobre o museu do que vemos em algumas visitas com adultos. Acho que isso tem muito a ver com a forma como o Movimento da Escola Moderna trabalha o pré-visita e o pós-visita. A visita não é um ponto final, é um ponto de partida. É muito interessante perceber como não haver uma lógica expositiva mas uma lógica em que a visita é construída com eles e é partilhada faz toda a diferença na abordagem.

Queremos, no próximo ano letivo, continuar a desenvolver projetos com a A Voz do Operário e esperamos conseguir fazê-lo.

### Hoje, com o crescimento da extrema-direita, vivemos num contexto em que existe uma batalha cada vez maior pelo relato histórico. Sente que este museu pode dar um contributo para o combate ao fascismo?

Acho que este museu dá esse contributo desde que foi fundado, em 2015. De resto, houve testemunhos que foram recolhidos logo nesse ano, e ainda bem que o foram porque muitas dessas pessoas, infelizmente, já faleceram. A decisão da criação deste museu e as primeiras decisões que se tomaram foram muito acertadas, nesse sentido. Este museu tem um compromisso democrático e isso não é coisa pouca, sobretudo se pensarmos que a maior parte dos museus, que são espaços de memória e de educação para os direitos humanos, não são frequentes na Europa. Em Espanha, ainda não foi possível constituir um museu com estas características. A memória é sempre um espaço de disputa. Por isso é que é fundamental a defesa e a preservação da memória de-

mocrática. Se não se contar, se não se partilhar, se não se instruir a memória a partir do que foram as experiências da resistência à ditadura e da defesa da liberdade e da democracia, este é um espaço que será ocupado no sentido inverso.

### Há similitudes entre o discurso do fascismo em Portugal, que se pode observar nas paredes do museu, com estas novas organizações de extrema-direita?

Há dias, descobri na Feira da Ladra um livro de instrução primária em que, entre várias coisas, explicava a figura de Salazar e a necessidade do seu aparecimento e a forma como viria equilibrar as contas públicas e combater a corrupção. É muito arrepiante pensar que aquilo que ouvimos hoje é um discurso que já foi utilizado para legitimar uma ditadura. E isso significa que temos de desmontar esse discurso e perceber que esse discurso já teve um resultado: 48 anos de atraso profundo, de repressão, de violência num país, com impactos que hoje continuamos a sentir. Se de alguma coisa nos serve é para aprender com estratégias que já foram usadas no passado, não no sentido da emancipação mas da opressão e repressão. Uma forma central de combater o recrudescimento, a proliferação de movimentos dessa natureza, tem de ser através da educação e da cultura. Quanto mais pessoas visitarem este museu, quanto mais pessoas ouvirem testemunhos dos resistentes antifascistas, menos espaço há para que o discurso do ódio, da opressão, da exploração e da repressão ganhe espaço.

E, por isso a educação e a cultura têm aqui um papel fundamental, a educação para os direitos humanos, a cultura da resistência, a partilha desse universo é fundamental.

Estamos a dois anos dos cinquenta anos do 25 de Abril e teremos condições de fazer um balanço. Apesar de todas as dificuldades e do tanto que ainda há para fazer, muito foi feito e o país conseguiu avançar de forma extraordinária. Claro que poderíamos ter avançado muito mais, mas não é comparável. Acho que a qualquer tipo de ameaças, sejam mais ou menos institucionalizadas, é fundamental responder com a preservação e partilha da memória democrática.

### Estão a preparar algum tipo de programação para os 50 anos do 25 de Abril?

O Museu do Aljube quer assinalar os 50 anos do 25 de Abril e queremos começar a fazê-lo já no próximo ano. Vai ser um momento fundamental de intervenção, partilha, de maior conhecimento sobre o 25 de Abril. Este museu explica que houve 48 anos de caminho até ao 25 de Abril. Existiram 48 anos de ditadura, mas também 48 anos de resistência. Devemos assinalar os 50 anos de 25 de Abril no sentido de gratidão para com quem resistiu e lutou pela liberdade, mas também enquanto inspiração para continuarmos a resistir, a lutar, porque nada está ganho para todo o sempre e é fundamental perceber que em todos os momentos históricos, a mobilização social e a participação das pessoas é que garante a defesa dos direitos e da liberdade.

E por isso é importante, no que está programado, ligar as questões da resistência às resistências de hoje: em torno das questões mais gerais da participação estudantil — para o ano fazem 60 anos da crise académica de 62 — em torno das lutas ambientais, das questões lgbtiq+, das questões das mulheres, do colonialismo e do anti-racismo.

## LISBOA



O executivo foi obrigado a recuar com o projeto pretendido para a Praça do Martim Moniz, recusado pela população.

# Esta cidade não é para lisboetas

Por lisboetas entenda-se, como documentou Sérgio Tréfaut, todos aqueles que vivem e trabalham em Lisboa, independentemente da sua origem, sexo, pronúncia ou tom de pele. Os números dos últimos anos mostram que há um êxodo da população de certas zonas da cidade para outros concelhos. Órfãos de políticas que sirvam de tampão ao processo de financeirização de Lisboa, os municípios da capital são empurrados para a periferia em nome de um modelo de cidade pouco democrático e participativo.

Nas últimas eleições autárquicas, o PS conquistou a Câmara Municipal de Lisboa pela primeira vez com Fernando Medina. Contudo, para além das políticas levadas a cabo, a saída de António Costa a meio do mandato e a sua substituição pelo atual presidente da autarquia levou a uma perda de 10 mil votos e três vereadores.

Com a perda da maioria absoluta, o PS viu-se obrigado a encontrar uma solução de estabilidade através de um acordo com o BE que voltava a eleger um vereador. Desde 2005 que isso não acontecia, precisamente depois de dar apoio ao PS com o independente José Sá Fernandes, que acabou por perder a confiança política do BE. Se se pensava que com o vereador Ricardo Robles, membro do partido, o mandato ia decorrer com menos turbulência, aconteceu o contrário. Menos de um ano depois da tomada de posse, Ricardo Robles renunciava ao mandato e era substituído por Manuel Grilo depois de se tornar público que havia adquirido, em 2014, um prédio em Alfama que comprou com a irmã por 347 mil euros para o vender por 5,7 milhões de euros em pleno processo de gentrificação da cidade.

Protagonista de várias polémicas, o sucessor de Ricardo Robles, apesar do “balanço positivo” que o BE diz fazer do mandato, não é o candidato à Câmara Municipal. O partido decidiu apresentar antes, a sua deputada na Assembleia da República, Beatriz Gomes Dias.

Já o PSD, ainda na ressaca da saída de Pedro Passos Coelho, decidiu romper a coligação com o CDS-PP e candidatou Teresa Leal Coelho. O resultado foi desastroso, com 11,22%, elegendo dois vereadores. O CDS-PP apostou na então líder do partido, Assunção Cristas, que chegou aos 20,59% e conseguiu quatro eleitos na Câmara Municipal. Quatro anos depois, PSD e CDS-PP, entre outros partidos de direita, chegaram a acordo para concorrerem em coligação novamente, desta vez com Carlos Moedas, importante figura do governo de Passos Coelho e Paulo Portas.

Por sua vez, a CDU, que em 2017 subiu de um para dois vereadores, volta a apostar em João Ferreira para a Câmara Municipal. Fora do acordo com o PS, a coligação entre comunistas, verdes e independentes assumiu o papel exclusivo de oposição à esquerda.

## O desespero de não conseguir casa

Quando a maioria PSD e CDS-PP aprovou a lei que ficou conhecida com o nome de Assunção Cristas, durante o governo liderado por Passos Coelho e Paulo Portas, abriu uma tempestade que ainda hoje não terminou. O aumento explosivo das rendas, do alojamento local e dos despejos forçou milhares de pessoas a abandonar as suas casas e a procurar alternativas nos arredores de Lisboa provocando um efeito em cadeia com o consequente aumento dos preços dos imóveis também nos subúrbios. A liberalização do mercado de arrendamento e a aprovação dos vistos gold foram instrumentos que contribuíram para a estratégia apoiada pela troika de turistificar ainda mais a economia nacional tendo Lisboa como um dos seus eixos. Contudo, com o apoio dos partidos à sua esquerda, o atual governo podia ter revogado a lei e não o fez.

Os censos realizados este ano mostram as consequências das decisões políticas tomadas em São Bento e na Praça do Município. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, Misericórdia (-26,1%), Santa Maria Maior (-22%), São Vicente (-9,4%), Ajuda (-8,4%) e Santo António (-6,4%) foram as freguesias que mais população perderam em Lisboa. Apesar das promessas do PS e BE de criar mais habitação na cidade, a capital perdeu 1,4% dos seus habitantes na última década. Apesar dos vários programas de habitação acessível aprovados, algumas delas da autoria da CDU, a lentidão na sua implementação não conseguiu competir com o forte impacto da especulação imobiliária na cidade.

Numa das últimas sondagens realizadas sobre a perceção dos lisboetas sobre quais devem ser as prioridades do próximo presidente eleito, os resultados foram evidentes. Atrás da ação social e apoio à pobreza (18%), está a habitação e o emprego com 15%.

## LISBOA

## Urbanismo em contra mão

Tanto António Costa como Fernando Medina conviveram bem com esta estratégia à frente da autarquia e apostaram em Manuel Salgado como protagonista deste processo de financeirização da cidade entre 2007 e 2019, quando renunciou ao mandato como vereador.

Um dos exemplos é a aprovação do Hospital CUF Tejo em Alcântara que valeu a Manuel Salgado um inquérito judicial acabando como arguido.

Mas as polémicas foram muitas nestes quatro anos. A gestão de Fernando Medina apresentou a participação da população como uma alavanca das políticas a executar. Foi quase sempre o oposto. Foram muitos os casos em que foi o protesto dos munícipes que fez recuar projetos da autarquia.

Em 2019, um fundo imobiliário alemão queria construir um prédio de 60 metros junto à Avenida Almirante Reis. Segundo noticiava, então, o Diário de Notícias, uma parte do projeto estava já aprovado pelo departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa e ameaçava tornar-se num dos edifícios mais altos da capital. Foi a indignação da população e a polémica que gerou que obrigou a autarquia a baixar a altura do edifício.

Outro dos casos que deu que falar foi a rejeição popular às mudanças previstas para o Martim Moniz. A Câmara Municipal viu-se obrigada a recuar.

O mesmo não aconteceu no tipo de reabilitação projetado para a Praça do Rossio num processo especulativo que forçou a saída da Pastelaria Suíça e da Casa da Sorte, entre outros, pelos novos proprietários. Aprovado com os votos contra do PCP, abstenção do BE e votos favoráveis do PS, PSD e CDS, a vereadora da CDU, Ana Jara, apontou o dedo à autarquia e afirmou que “o melhor e mais rentável uso é a máxima que gere investimento imobiliário e que se confunde com as políticas urbanas para Lisboa”.

Fruto das políticas locais, também na Avenida Almirante Reis, uma das mais populares e centrais artérias da cidade de Lisboa, vai desaparecer para sempre um dos seus espaços emblemáticos. A antiga e histórica Gara-

gem Liz vai ser substituída por um hipermercado Continente. A proposta da empresa foi aprovada em reunião de câmara com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e contra do PCP e BE.

O imóvel, com uma área total de 2.546 metros quadrados distribuída por dois andares, vai albergar o hipermercado e o estacionamento, uma proposta que recebeu opiniões negativas. Foi o caso do arquiteto Tiago Mota Saraiva que contestou o plano para aquele espaço. “Isto contraria a ideia da cidade de 15 minutos. A cidade deve ser determinada por aquilo que falta e num raio de 100 metros há várias superfícies parecidas com aquela”, explicou à Voz do Operário. “Estamos a criar uma densidade de supermercados que não serve o interesse público”.

Defende também que tendo havido alteração de uso “fazia todo o sentido que fosse um espaço de cultura”, recordando que ali já esteve um coliseu. Outro dos problemas apontados é o do estacionamento. “Não podes pensar em ciclovias e depois fazes um parque estacionamento e um supermercado”.

## Educação e Direitos Sociais sob crítica

No campo da ação social, o pelouro gerido pelo vereador do BE foi muito criticado. Em tempo de pandemia, os casos sucederam-se. Para o antigo vereador João Afonso, ex-titular da pasta, há uma aposta continuada em soluções de exceção, em vez da instalação destas pessoas em casas ou quartos, o que seria muito mais próximo de uma “vida normal”. Foi assim que criticou as opções políticas do BE na autarquia para pessoas em situação de sem abrigo num debate com Manuel Grilo na TSF. Para João Afonso, a resposta dada no contexto do estado de emergência, recorrendo a equipamentos não adequados a fins habitacionais, deixou de ser aceitável. A proposta do BE para a instalação de um centro de emergência no antigo quartel de Santa Bárbara, com um custo de quase um milhão de euros numa solução provisória de alojamento massificado, não era aceitável para o antigo vereador.

Mas a gestão da crise pandémica pelo vereador eleito pelo BE também foi criticada no tratamento que deu

aos refugiados. Quando se descobriram cem refugiados contaminados num hostel em Arroios, Manuel Grilo afirmou num comunicado que o seu pelouro “não tinha conhecimento”, apontando o dedo à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), ao Ministério da Administração Interna e ao SEF. O Conselho Português para os Refugiados (CPR) afirma que esta situação “era do conhecimento das várias entidades envolvidas no procedimento de asilo” e a presidente da Junta de Freguesia de Arroios recordou a denúncia do deputado municipal eleito pela lista independente Cidadãos por Lisboa, Miguel Graça, que, em 28 de abril, numa sessão da Assembleia Municipal, lembrou que entre as competências do pelouro está “o acolhimento e integração de migrantes e refugiados”. De acordo com várias associações, esta situação era já do conhecimento da autarquia em dezembro de 2019.

O mesmo deputado garantiu que o anterior executivo municipal tinha apresentado, em 2017, uma candidatura a um financiamento europeu para ampliar o Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados no Lumiar e que este teria sido aprovado com acesso a uma verba de um milhão de euros. Miguel Graça sustentou que “nada foi feito” e que o dinheiro teria de ser devolvido, “uma vez que o centro não foi ampliado e as condições não melhoraram”.

Outra das críticas apontadas, neste caso pela CDU, foi a entrega a privados da gestão dos refeitórios das escolas em 2020, uma proposta aprovada, que teve a abstenção dos vereadores da CDU. Para João Ferreira e Ana Jara, a solução passava por defender a gestão pública e a confeção local das refeições.

## Cultura

No âmbito da política cultural, outra das decisões que gerou polémica foi a entrega à gestão privada do Teatro Maria Matos, onde se fez um investimento público continuado na década anterior e onde se realizaram obras de requalificação do espaço. Sindicato e associações mobilizaram-se contra a decisão da autarquia, exigindo maior debate público e maior investimento público na cultura.

## A VOZ do corvo



## Crónica do cão que mordida a própria cauda

Para o jardim do meu bairro convergem todos os dias crianças que brincam no parque infantil e nos relvados, pessoas que passeiam os seus cães e sobre eles conversam e velhos que jogam às cartas nas mesas que lá há ou que em grupos formulam opiniões sobre o que se passa à sua volta.

Há dias um desses grupos observava um cão que em voltas e reviravoltas tentava morder a sua própria cauda, talvez para se ver livre de qualquer incómodo que o atormentasse.

Diz um velho, sabe-se lá por qual associação de ideias: parece o “sistema” que anda baralhado a querer ver-se livre de alguns dos seus males...sem mudar nada de essencial.

Quem assim falava era tido como leitor assíduo e comentador esclarecido, mas os olhares que todos os outros lhe lançaram obrigou-o a juntar esclarecimentos, o que ele fez dizendo: temos assistido, nestes últimos tempos a um fenómeno curioso: pessoas que até então eram reconhecidas como honestas e úteis à sociedade, louvadas e condecoradas, são agora publicamente interrogadas no fórum mais alto da Nação, detidas pelas polícias, acusadas pela justiça...e defendem-se dizendo que são pobres ou infelizes nos negócios; que a falta de transparência de que os acusam se filia no princípio popularmente aceite de que “o segredo é a alma do negócio” e que a ousadia que conduz ao seu enriquecimento oculto se insere no espírito do adágio “quem tem unhas é que toca guitarra”.

Um deles afirmou que tudo era *business*, que tudo era legal e que se sentia tranquilo e se mostrava risonho e outro dizia que mesmo que tivesse perdido milhões em alguns negócios, vivia bem porque tinha ganho muito mais em outros e tinha uma boa reforma.

Respondeu “o sistema” (liberal, elogioso da iniciativa privada, contrário ao papel intervencionista do Estado) que sob o ponto de vista moral não seria curial que alguém acumulasse fortuna à custa do dinheiro de outros e que a sequência dos acontecimentos se apresentava desprestigiante para muitos...

Haveria que fazer qualquer coisa que não abalasse o sistema nem beliscasse valores fundamentais, como o lucro desenfreado, a especulação, a propriedade privada intocável e os sinais da acumulação da riqueza.

Como o cão que se revolta contra a sua própria cauda, sem obviamente a pôr em causa.

Sempre foi assim e há de continuar a ser – disse um velho.

Olhe que não. Haverá certamente maneiras de não ser assim – respondeu outro.

Francisco da Silva Dias

## ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

# Populações escolhem órgãos locais a 26 de setembro



Photo by Jennifer Griffin on Unsplash

O Poder Local Democrático foi uma das mais importantes conquistas da revolução de Abril. Foi produto da Constituição da República Portuguesa e traduz-se num poder de raiz democrático e descentralizador. A participação das populações no poder local traduz a dimensão democrática das condições de exercício das atribuições e competências, da autonomia que lhe está constitucionalmente consagrada.

Os membros das câmaras, das assembleias municipais e das assembleias de freguesia fazem parte dos órgãos do Estado cujos titulares são eleitos por sufrágio universal direto, exceto o presidente da junta de freguesia que é o mais votado da respetiva lista. As eleições para os órgãos autárquicos realizam-se com um intervalo de quatro anos, embora possa haver eleições intercalares sempre que a perda de mandato dos seus membros impeça os órgãos de funcionar ou ainda em caso de dissolução pelos tribunais competentes. As eleições devem realizar-se no prazo máximo de 60 dias após o conhecimento da dissolução do órgão. À câmara municipal e à junta de freguesia compete propor e executar as decisões e indicações dos órgãos deliberativos, que são a assembleia municipal e a assembleia de freguesia, a quem cabe aprovar, ou não, entre outras competências de iniciativa própria, as propostas dos respetivos órgãos executivos.

O mandato dos titulares de órgãos das autarquias locais é de 4 anos, tendo sido legalmente estabelecida, desde 2005, uma limitação de três mandatos consecutivos para os presidentes dos órgãos executivos. Numa Câmara Municipal, o presidente eleito é o primeiro da lista mais votada, mas os lugares de vereação são distribuídos de acordo com a percentagem de votos obtida por cada partido ou movimento.

## Como se vota e quem pode fazê-lo

Pode votar nas eleições autárquicas, desde que inscritos no recenseamento no território nacional, todos os cidadãos portugueses e todos os estrangeiros resi-

dententes em Portugal que sejam cidadãos de algum estado-membro da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia), do Reino Unido, com residência em Portugal anterior ao Brexit, do Brasil (sem estatuto de igualdade de direitos políticos), de Cabo Verde, com residência legal em Portugal há mais de dois anos, da Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela com residência legal em Portugal há mais de três anos. Em qualquer um destes casos, tem de estar registado na comissão recenseadora da junta de freguesia correspondente ao domicílio indicado no título de residência.

É necessário ter um documento de identificação e o ato de voto é realizado com recurso a três boletins, um por cada órgão autárquico a eleger (assembleia de freguesia, assembleia municipal e câmara municipal). Os boletins de voto são de cor branca para a assembleia de freguesia, amarela para a assembleia municipal e verde para a câmara municipal. As urnas abrem às 8h00 e fecham às 20h00. Depois desta hora, só podem votar os eleitores que se encontrem na assembleia de voto.

Em contexto de pandemia, os cidadãos habilitados para votar devem seguir as medidas de proteção individual e as regras de segurança. Em caso de confinamento obrigatório devido à covid-19, os eleitores podem votar de forma antecipada. Entre 16 e 19 de setembro, todas as pessoas que estejam nesta situação devem manifestar a intenção de votar inscrevendo-se na plataforma da SGMAI, solicitando na Junta de Freguesia onde estejam recenseadas ou através de terceiro que apresente declaração assinada pelo próprio com cópia do documento de identificação. Nos dias 21 e 22 de setembro, funcionários municipais terão a responsabilidade de se deslocar à morada dos eleitores que exerceram o pedido para recolher o voto.

## A VOZ dos livros



### *No país do silêncio,* de Rita Cruz

A história, a nossa colectiva história, dos 48 anos sofridos, em grande parte do século XX, pelas gerações que viveram o fascismo de Salazar e Caetano, continua a ser, e bem, um território profícuo de inventariação ficcional. E, não já apenas pelas gerações que percorreram esses árduos tempos, mas por gerações mais jovens de escritores, sobretudo, escritoras, que sobre o estupor desses dias e do seu horror se vêm debruçando: Ana Margarida de Carvalho, Ana Cristina Silva e, recentemente, Rita Cruz com um poderosíssimo romance, estreia da autora nas árduas tarefas de *escrever*.

Em *No País do Silêncio*, Rita Cruz percorrerá o que de mais trágico retemos desses tempos bárbaros, fazendo-o numa linguagem solta e límpida, despojada dos laivos de um discurso de hábitos e costumes, construindo uma história que ganha espessura e intencionalidade, transportando-nos para os territórios inquietantes e inquiridores do melhor do nosso neo-realismo, inventariando a sórdida realidade desses tempos.

Sabemos, através de contínuas e bem construídas mudanças temporais, que Eduardo, marido de Sílvia, está preso no Aljube, que foi barbaramente torturado pelos capangas da Pide.

O capítulo, **Sem Retorno**, no qual a autora descreve, com acutilante minúcia e realismo, as sevícias sofridas por Eduardo às mãos dos algozes, são de uma veracidade e capacidade descritivas raramente transpostas para a nossa actual literatura, nomeadamente a que tematiza este período da nossa história. A violência descritiva da barbárie, só encontra paralelo nos testemunhos que as próprias vítimas produziram. *A realidade é um lugar cruel*, avisa-nos a autora.

O fantástico que atravessa algumas passagens do romance, as premonições do padre, o assassinio de Rosalinda, António a sair do coma sem memória dos seus dias de revolta e medo. As fotografias que Eduardo enviava para o *Manchester Guardian*, fotografias «que moldavam a realidade» de um país pobre e silenciado.

Sabemos das greves dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo, da emigração que começava a despovoar o país, a Guerra Colonial, as revoltas frustradas contra o regime: Norton de Matos, que desiste de enfrentar o ditador; Delgado; o caso Santa Maria; a revolta de Beja. O exílio onde, em Londres, se irá refugiar Eduardo até ao 25 de Abril.

País de silêncio e de morte onde, apesar de tudo *há sempre sobreviventes de um massacre*, diz-nos a autora, ao tempo e às circunstâncias, para nos contar. Um bom romance belíssimo e inesperado. Imperdível.

*No país do silêncio*, de Rita Cruz – edição página a página/2021

Domingos Lobo

## POLÍTICA



A entrada permanente, se comprada até 2 de setembro, tem o custo de 27 euros e dá acesso aos três dias.

## 43.<sup>a</sup> Festa do Avante! com medidas de segurança

É já no primeiro fim-de-semana de setembro, entre os dias 3 e 5, que o PCP abre as portas das Quintas da Atalaia e do Cabo da Marinha, na Amora, Seixal, àquele que é considerado um dos mais importantes eventos político-culturais do país. Uma das novidades da programação é o convite que os comunistas fizeram a doze artistas para que convidem outros a atuar em conjunto. A oferta musical inclui Brigada Victor Jara com Zeca Medeiros, Paulo de Carvalho com Mafalda Sacchetti e Marco Rodrigues, Prétu Xullaji com Scúru Fitchadú, Tristany e Cachupa Psicadélica, A Garota Não com Ohmonizciente, Paulo Flores com Yuri da Cunha e Prodígio, HMD e Lena d'Água, Manel Cruz, dos Ornatos Violeta, e Aldina Duarte, e Tim e Teresa Salgueiro.

Na sexta-feira à noite, o Palco 25 de Abril abre com o concerto sinfónico A revolução na arte e a arte na revolução num percurso que vai passar por várias canções revolucionárias, pela Comuna de Paris, que celebra 150 anos, sem deixar de passar por melodias que marcaram os dois últimos séculos em ano de centenário do PCP. A execução das obras de vários compositores vai estar a cargo da Orquestra Sinfonietta de Lisboa.

Longe de ser uma iniciativa exclusivamente para comunistas, a Festa do «Avante!» atrai anualmente centenas de milhares de visitantes com uma vasta oferta, ímpar no panorama nacional. Este ano, os 100 anos do PCP marcam a exposição do Espaço Central que se vai dedicar à fundação do partido e o contexto em que ocorreu, o desenvolvimento e as lutas do movimento operário, a clandestinidade, a revolução de Abril e o período pós-revolucionário.

O incontornável CineAvante!, agora ao ar livre, traz aos espetadores o documentário palestino Fora de Campo ou Revolução até à Vitória, Prazer, Camaradas,

O Turno e os Emigrantes, entre outros.

Já o Avanteatro, que vai ter em cena várias peças, abre na sexta-feira com Coragem hoje, Abraços amanhã, de Joana Brandão, um espetáculo a partir de testemunhos, cartas e outras memórias de mulheres que estiveram presas e foram torturadas.

Os visitantes podem ainda percorrer o Espaço Ciência e acompanhar a exposição central que assentará nas três grandes áreas do conhecimento: ciências naturais, ciências sociais e artes e letras. Eventos e acontecimentos científicos importantes, entidades e instituições marcantes na história da ciência, publicações e personalidades que contribuíram de forma indelével para a ciência vão estar em destaque.

A Cidade da Juventude é, por sua vez, o ponto de encontro dos jovens e reflete as lutas que travam nas escolas e nos locais de trabalho. Neste espaço, em que a cultura, a animação e o convívio prometem estar presentes, vão realizar-se debates, concertos, *workshops* e outras atividades.

Provar ovos moles, beber moscatel de Setúbal ou comer posta mirandesa é possível na Festa do «Avante!» onde o país, de norte a sul, passando pelas ilhas, marca presença com a sua gastronomia e artesanato. O mesmo acontece com o mundo, com a presença de stands de vastas regiões do globo. Há ainda espaço para diferentes demonstrações desportivas e uma zona ampla só para crianças, sem faltar as habituais feiras do livro e do disco.

A Entrada Permanente, se comprada até 2 de setembro, tem o custo de 27 euros e dá acesso aos três dias. No exterior do recinto, está o acampamento que possui vigilância, um serviço de bar, casas de banho e duches.

Com uma magnífica vista para o Tejo, este evento político-cultural que leva o nome do «Avante!», histórico

jornal do PCP, foi criado em 1976, logo a seguir à revolução, e inspirou-se nas festas das publicações comunistas francesa e italiana, *L'Humanité* e *Unità*. Passou pela antiga FIL, pelo Jamor, pelo Alto da Ajuda e por Loures antes de estacionar definitivamente no Seixal em 1990.

### PCP anuncia medidas de segurança

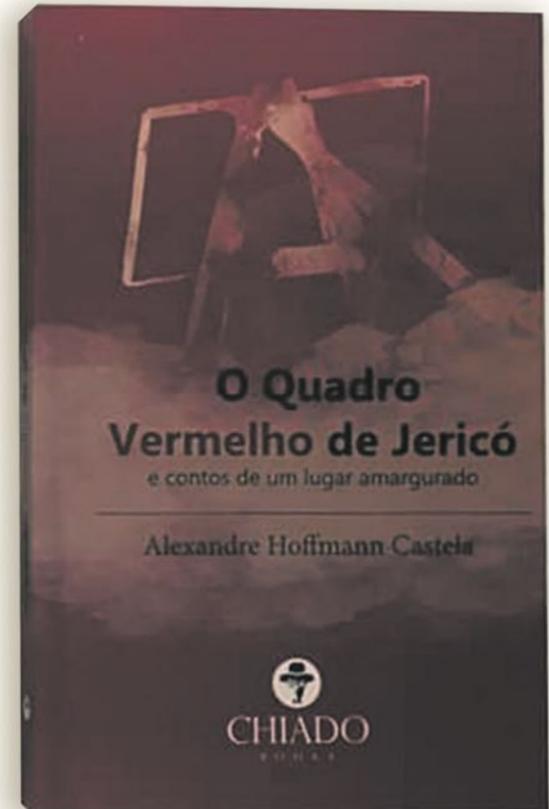
Os comunistas voltam a anunciar regras de funcionamento para o evento político-cultural que marca a agenda todos os anos no Seixal. Se no ano passado a Direção Geral da Saúde deu luz verde à Festa do Avante! com um limite de 16.500 visitantes, as autoridades sanitárias autorizaram este ano um máximo de 40 mil.

O PCP garante que o evento de três dias será o “espaço público mais seguro do país para se estar e usufruir” nos 30 hectares de recinto totalmente ao ar livre. As portas vão abrir às 16h na sexta-feira para evitar aglomerados, sendo que as atividades arrancam às 19h na sexta-feira e terminam à 1h30.

Com a vacinação generalizada da população, uma das novidades é a necessária apresentação de um teste negativo ou o certificado de vacinação (ou de recuperação da doença) para aceder ao recinto. “A responsabilidade da realização do teste cabe a cada visitante e a organização recomenda que o possa fazer previamente”, esclareceu o PCP, referindo que haverá uma área na entrada onde será possível a realização de teste rápido, para quem necessitar.

Para além disso, os comunistas voltam a disponibilizar em todo o recinto pontos para lavagem das mãos e álcool gel. O espaço vai ter circuitos de circulação devidamente assinalados e recomenda-se o uso de máscaras. O PCP decidiu também diminuir a densidade da construção para garantir que todos os espaços são abertos, para além de aumentar as áreas de esplanada e a organização das mesas de forma a assegurar o distanciamento. Os visitantes vão assistir aos espetáculos em lugares sentados e os restaurantes deixam de ter consumo ao balcão. A organização recomenda ainda que se use cartões contactless como meio de pagamento.

## LITERATURA



## Três livros de Alexandre Hoffmann Castela

Modesto Navarro

Este autor jovem e já tão experiente e capaz vive em Lamego. É autarca eleito na Assembleia Municipal da cidade e é um homem de esquerda que escreve como trabalha, com competência, entrega e confiança determinada.

Permitam-me que faça uma síntese do seu primeiro livro – *A Aparição Segundo a Memória* – feliz descoberta de ser Deus, e não a Virgem Maria, que aparece aos pastorinhos em Fátima. Ficamos apanhados nesse enredo extraordinário que nos traz muita paz perante uma situação nova e, apesar de tudo, mais estimulante.

Afinal, a preocupação de Deus era aquele morticínio na grande guerra de 1914-1918. Quanto aos chamados segredos de Fátima, a igreja católica estava centrada no medo e no ataque à revolução na Rússia e não em defender os portugueses que morriam em França.

Então, Deus escolhe Portugal e Fátima para deixar as suas mensagens de paz e concórdia entre os humanos, num esforço bem-intencionado e enternecedor.

Mas até Deus acaba por desistir, ano após ano, sem conseguir dar paz ao mundo e impressionado pela segunda guerra mundial que se preparava e outros desastres que viriam a acontecer.

Simpatizei tanto com este Deus sofre-

dor e de boa-fé que quase desejei voltar à religião tão maltratada e objecto de alienação entre os pobres de espírito e os ricos em dinheiro e arrogância.

### Quanto ao segundo livro – *O Quadro Vermelho de Jericó*

Em 1969 e depois, conheci católicos chamados então de progressistas. Por exemplo Sophia de Melo Breyner e o Arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Alguns deles tinham tanta raiva ao fascismo que se tornavam excessivos e negativos em extremo no combate ao regime fascista e a Salazar. Outros eram contra a guerra colonial e lutaram ao nosso lado, nomeadamente desde 1969 e na CDE.

Recordo por exemplo o Padre Alberto da capela do Rato e Felicidade Alves, padre em Belém e na Basílica. O excesso nos mais violentos também tinha expressão no prazer da comida e de outras aventuras, com um gosto de viver que excedia a razão e está também muito expresso no livro “Directa”, de Nuno Bragança, exactamente esse, da Casa de Bragança e dos duques eternamente à espera de serem reis.

### Finalmente o terceiro livro – *As Raízes de Inge*

Aqui é que a exigência do autor face aos leitores se acentua e desdobra. Um desa-

fio e tanto, para quem não quer literatura de cordel, ao metro ou ao quilómetro. Disso andam por aí muitos títulos e livros, não ao Deus dará, mas ao engano dos pobres de espírito.

É um livro de luta pela paz num país lá para o norte da Europa, mas também poderia situar-se aqui. Os viquingues e outros seres violentos chegaram a Portugal e, de que modo, à região de Braga. Inge é uma vila pequena onde existe uma mulher chamada Lucrécia. Corajosa, avançada e solidária. “Sou precipício de ti”, diz ela, quando encontra o homem da sua vida.

O livro é de resistência à guerra, ao esbulho das riquezas criadas pelo povo trabalhador, à ocupação do país pelos bárbaros. Mas, sobretudo, traz consigo essa ambição enorme de ter paz e alegria de viver.

É uma obra maior, este livro de Alexandre Hoffmann Castela. Exigente e, de certo modo, contra o consumo de telenovelas e dos livros que não o são. Um texto soberbo e desafiante, pela amizade e pelo prazer de viver em liberdade. Mostrando que, às vezes, é preciso ir à guerra contra a guerra, para conquistarmos a independência e a identidade que nos eleva para a vida.

Outros livros de Alexandre Hoffmann Castela virão. Mas, agora, vamos ao trabalho e ao prazer de estimular mais leituras destes livros.

Quero falar-vos brevemente da destreza criativa, da diversidade de abordagens, de uma escrita que nos surpreende, desafia e enleia. Alexandre Hoffmann Castela constrói histórias e romances, cria personagens e situações com a maleabilidade e a inteligência que nos surpreendem e nos fazem crer que aqui está um escritor determinado e exigente no melhor sentido, que saudamos ao lermos os seus livros. Ficamos com a certeza de que há a recusa à facilidade e à alienação tão desejadas por poderes, editoras e órgãos de comunicação que jogam exactamente nisso, no esvaziamento do humano, do gosto de viver em liberdade e na exigência fundamental para não morrermos estúpidos como eles querem.

Não vai ser fácil, para o Alexandre, como escritor livre e exigente que é. Mas, livro a livro, teremos surpresas e outras realidades e sonhos, outras vidas obscuras e lutadoras pela afirmação do que nos comove e engrandece.

Onde nos encontrarmos, sairemos melhores e renovados da sua escrita, da sua aposta no trazer o que é novo e nos ilumina. Por isso podemos afirmar que este homem, este escritor, vai continuar a escrever e a lutar pelo que é importante e decisivo no ser humano – o crescimento e a ultrapassagem do que nos atinge e fragiliza, do que nos esmaga em montanhas de mentiras, de destruição do gosto de viver e de amar o futuro.

Parabéns ao Alexandre Hoffmann Castela e parabéns a quem o ler para melhor intervir na defesa da paz, do país que é necessário construir, na democracia e na liberdade que se tornam cada vez mais realidades a estimar e a defender.

## MÚSICA



A pianista nasceu em Lisboa, em 1938.

# A Vida e a Obra de Olga Prats

Jorge Carvalho

Há uma diferença significativa entre um intérprete e um músico. A diferença não está, porém, no fator criativo, mas naquilo que o indivíduo carrega consigo e partilha com os outros no momento em que executa o seu instrumento. Em Portugal, durante o fascismo e logo após o 25 de Abril, tivemos a felicidade de ter gente que, consciente do seu privilégio, se disponibilizou para andar pelo país fora a democratizar o acesso à música.

Nos últimos 40 ou 50 anos, uma das figuras mais importantes na divulgação da música foi Olga Prats. A pianista que conviveu com Constança Capedeville e Fernando Lopes-Graça, a pianista que estimulou o co-

nhecimento dos compositores portugueses e que deixou uma marca perene em todos os alunos que com ela se cruzaram no Conservatório Nacional e na Escola Superior de Música.

Nascida num contexto de privilégio, Prats confrontou-se com o dilema entre família e carreira, tal como algumas (poucas) mulheres do seu tempo, incluindo a sua mãe, que abdicara de uma carreira de concertista. Apesar de a sua vida íntima ter conhecido grandes sobressaltos, a pianista resistiu à desistência e persistiu na pedagogia, na divulgação e nos concursos e concertos.

Voltemos, assim, ao nosso ponto inicial: há uma diferença significativa entre um intérprete e um músico. Olga Prats foi uma divulgadora até no tipo de peças que selecionava para os seus concertos ou para os seus dis-

cos. Veja-se o caso da série de concertos à volta de Astor Piazzola ou o seu disco *Piano Singular* (2007), onde nos proporciona uma viagem de intertextualidades que nos irão deixar uma pista sobre a história da música nacional e internacional. Prats nega quase a ideia de erudição (essa ideia cada vez mais anacrónica de música erudita, de cultura classista), acreditando que a democratização do acesso à cultura passa por garantir que todos têm acesso aos mesmos códigos de interpretação.

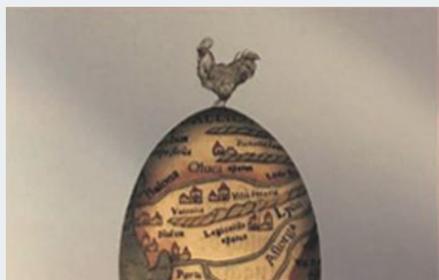
Para quem nasce numa casa de músicos, sem ter de se preocupar com o acesso dos outros aos bens culturais, este é um gesto revolucionário. Olga Prats percorreu o país proporcionando concertos pedagógicos. A pianista deu verdadeiras aulas em diversos contextos e em circunstâncias muito diferentes, fosse a solo, fosse com o Opus Ensemble, conjunto de câmara que criou com o oboísta Bruno Pizzamiglio, a violetista Ana Bela Chaves e o contrabaixista Alejandro Erlich Oliva.

Para além da sua linha pedagógica, Olga Prats foi responsável pelo conhecimento mais profundo que temos hoje dos trabalhos dos compositores portugueses, tão desprezados pelos pares da artista. É ela a grande responsável pela recuperação do repertório de Constança Capedeville, por exemplo, mas não só. Ainda em 2021 havia lançado um disco de tributo a Joly Braga Santos, no qual nos aparece sem ostentação, sem virtuosismos desnecessários, cumprindo o papel de divulgadora e não de protagonista de uma história que não é sua. Também com Fernando Lopes-Graça fez um trabalho de grande impacto, dando um especial relevo às Heróicas e aos quartetos de cordas e piano.

Com a sua morte, é importante recordar uma geração generosa (de Lopes-Graça a Atalaya, passando por Victorino d'Almeida) que acreditou num país democratizado, a começar na sua cultura; um país onde a partilha do conhecimento é mais importante do que a ostentação de um conhecimento secreto e egoísta. Com Olga Prats aprendemos tanto sobre música como sobre divulgação e aprendemos, talvez, o mais fundamental de tudo: a responsabilidade que temos na construção de uma sociedade mais emancipada e livre onde não podemos ser meros intérpretes.

## Sugestões culturais

**Ouvir o Galo Cantar Duas Vezes**  
Paula Godinho



Nesta obra, a antropóloga centra-se em práticas de fronteirização e de desfronteirização e interroga topografias do poder: os centros que delineiam o Tratado de Limites de 1864, em Lisboa e Madrid, as equipas militares e cartógrafos que reconheceram a fronteira, e a resistência dos vizinhos das aldeias da raia, unidos pelo parentesco, o contrabando, a convivialidade, os caminhos.

**Kes, de Ken Loach**  
Cinemateca junior



Maltratado na escola e em casa, Billy Casper, um jovem de 15 anos da região mineira de Yorkshire, treina um falção que baptiza com o nome de Kes. Encorajado pelo professor de Inglês, Billy encontra por fim uma vocação. Um dos primeiros filmes realizados por Ken Loach, nome incontornável do cinema britânico de pendor realista. Dia 11, às 15h00.

**Corpo em dança**  
Paulo Pimenta



Exposição de fotografia no Teatro da Malaposta: “São momentos únicos, frações de segundo que me permitem fixar estas expressões corporais, cheias de histórias(...). Cada uma delas me dá vontade de voltar a este universo mágico, em que as palavras não fazem falta. Um universo em que o movimento é tudo.” Até 24 de set. Entrada livre.

**PATAPATÚM**  
Teatro Municipal Joaquim Benite



“Surpresa! E mais uma! E muitas mais! Uma montanha de presentes! Grandes, pequenos, pesados, levezinhos, azuis, verdes, cor de laranja, quadrados e redondos! Presentes de todas as formas e tamanhos, mas sempre divertidos. As crianças, emocionadas, não têm mãos a medir no meio de tantos brinquedos.” 25 e 26 de set.

## AFEGANISTÃO



“Em nenhum momento da história beligerante dos EUA, os povos dos territórios agredidos viram a sua vida melhorar.”

# A história que não vem no *Rambo 3*

Miguel Tiago

As velhas táticas imperialistas dos Estados Unidos e seus aliados regressam como novas desgraças, quase como um eterno retorno, um pouco por todo o mundo. A fórmula imperialista de ingerência política, asfixia económica e intervenção militar, que se traduz em ocupações ou agressões de diversas formas tem como elemento comum a degradação das condições de vida dos que vivem nos países intervencionados ou sancionados. Em nenhum momento da história beligerante dos Estados Unidos da América, os povos dos territórios agredidos, viram a sua vida melhorar ou os seus direitos progredirem.

Vinte anos depois de uma ocupação militar e política, realizada inicialmente sob dois grandes pretextos: suprimir as forças terroristas ligadas à Al-Qaeda (no seguimento dos atentados de 11 de Setembro de 2001) presentes no território Afegão e pôr fim ao regime taliban; o Afeganistão está hoje integralmente à mercê desse regime e continua, ao que tudo indica, a ser um berço e sede de treino de organizações ligadas ao terrorismo fundamentalista.

A NATO e vários estados, entre os quais Portugal, desempenharam um papel importante no apoio à política de agressão dos EUA. Ao longo de duas décadas, sucessivos governos portugueses mostraram a sua servidão ao império, alinhando na ocupação militar do território. Essa política, uma vez mais, mostrou ser completamente incapaz de resolver qualquer dos problemas que inicialmente lhe servem de justificação. Nem foram eliminadas as células de “terroristas”, nem foi terminado o regime taliban.

Importaria talvez regressar um pouco ao final dos anos 70 do século passado, para compreender a génese do poder bélico e político de alguns grupos islâmicos radicais: após a revolução democrática,

que origina a fundação da República Democrática do Afeganistão e concretiza direitos políticos e económicos para toda a população, incluindo as mulheres e as minorias, bem como determina uma reforma agrária e inicia a planificação da economia, o Afeganistão aproxima-se mais da União Soviética política e economicamente. Em 1978, na sequência da revolução, é assinado o terceiro tratado de amizade entre o Afeganistão e a União Soviética, prevendo cooperação política, económica e militar. Esse tratado é um alerta para a perspectiva de domínio global estadunidense, particularmente tendo em conta que o anterior governo afegão era mais próximo de Washington que de Moscovo. Esse estado de alerta leva os EUA a armar, financiar e promover as forças mais retrógradas, apostando no fundamentalismo religioso e no anti-comunismo, para dar combate ao novo governo democrático. Enquanto o povo afegão construía a sua democracia, os EUA alimentavam um exército religioso de chamados “freedom fighters”, os Mujahideen. Se é verdade que o *Rambo 3* não é uma fonte histórica integralmente fiável, não deixa de ser curioso verificar a forma como esses guerrilheiros são mostrados nesse filme, deixando um documento sobre como os EUA financiaram, armaram e treinaram os grupos que mais tarde viriam a dominar o Afeganistão e a fazer o país mergulhar num novo período obscurantista.

A União Soviética intervém militarmente no território afegão ao abrigo do tratado de amizade e cooperação assinado em 1978, como forma de ajudar o legal governo do país a superar os ataques dos grupos terroristas financiados pelos EUA. Em 1989 a URSS retira, mas mantém o apoio político ao Afeganistão. Em 1992, três anos mais tarde, os Mujahideen tomam o poder e formam governo. O povo afegão resistiu aos Mujahideen, o governo e o exército resistiram, apesar do apoio dos EUA aos terroristas.

A retirada militar dos EUA, em 2021 demonstra um cenário completamente diferente: o povo afegão não resistiu e o governo capitulou imediatamente. Não será um mero acaso: em 29 de Fevereiro de 2020, o Governo dos EUA e os Taliban assinam um Acordo – o Acordo de Doha – em que os Estados Unidos, pela mão de Trump, apenas exigem a retirada segura do seu pessoal militar e diplomático, sem quaisquer outras exigências políticas aos Taliban. A concretização da retirada viria a ditar o regresso automático dos Taliban ao poder.

É importante, depois de fazer essa contextualização histórica da ocupação norte-americana e do surgimento das forças mais anti-democráticas através dos Mujahideen e dos Taliban, fazer nova avaliação da situação no terreno tendo em conta os desenvolvimentos presentes e próximos.

A nova avaliação implicará não tecer conclusões precipitadas sobre a região e sobre o futuro do Afeganistão e ter a lucidez para ver além dos jornais e telejornais. Nem os Taliban de hoje são exactamente os Mujahideen de ontem, nem a situação está integralmente resolvida. O posicionamento geoestratégico dos países vizinhos, bem como dos países do G7, não será totalmente alheio ao futuro do Afeganistão. A campanha mediática em curso, de valorização sem fundamento da presença norte-americana no território e de condenação sem elementos concretos do regime taliban visa no essencial criar as condições para a manutenção do domínio imperialista da região e para manter afastado o Afeganistão da Rússia e da China, ao mesmo tempo que, pela calada, o G7 prepara o reconhecimento do regime taliban. O futuro do Afeganistão não está determinado, como o de nenhum povo, mas é certo que só livre de ingerências poderá ser o seu povo a construir os seus destinos, o seu futuro, nos seus termos e em paz.